



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº 5.41.001.023200/2016

Data 16/08/16 Fls. 131

Assinatura *Seden (Lia)*

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
9º. EXAME DE SELEÇÃO – PROVA DISCURSIVA – 28.08.2016

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 – Uma emenda à Constituição Federal que trate sobre regime jurídico dos servidores públicos pode ser validamente proposta por parlamentares? E se a referida emenda for à Constituição Estadual? (50 pontos)
- 2 – O Governador de um Estado da Federação edita um decreto determinando a divulgação nominal da remuneração dos servidores públicos. Apresente argumentos em defesa da constitucionalidade do referido ato normativo. (50 pontos)

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 – O que se entende por princípio da realidade e de que maneira sua aplicação pela Administração Pública pode ser compatibilizada com o princípio da legalidade? (40 pontos)
- 2 – Sociedade de economia mista não dependente que explora atividade econômica em regime de concorrência pretende iniciar empreendimento de expansão que exigirá ampliação de suas instalações e aquisição de bens de capital. Considerando o regime jurídico aplicável a esta entidade, responda justificadamente:
- a) a sociedade acima descrita pode promover desapropriação para fins de concretizar a ampliação pretendida? (15 pontos)
 - b) está obrigada a licitar para adquirir os referidos bens de capital? (15 pontos)
 - c) para contratar novo dirigente, está obrigada a realizar concurso público? (15 pontos)
 - d) pode oferecer remuneração acima do teto remuneratório constitucional para o novo dirigente? (15 pontos)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1 – Nas causas pelo procedimento comum em que for parte a Fazenda Pública, é aplicável a audiência de conciliação ou de mediação prevista no artigo 334 do Código de Processo Civil de 2015? (50 pontos)

CPC, art. 334: “Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência”.

- 2 – O Ministério Público Estadual ajuizou ação civil pública contra o Estado do Rio de Janeiro questionando a formulação e execução de política pública de gestão de recursos hídricos. Após a apresentação de contestação, a tutela de urgência foi deferida, intimando-se a Fazenda Pública, exclusivamente por publicação no Diário Oficial, para que cumprisse a obrigação de fazer em 30 dias, sob pena de imposição de multa pessoal ao Procurador do Estado. Diante do narrado, opine sobre: (i) o cabimento de recurso contra a decisão, (ii) o prazo para sua interposição e, por fim, (iii) os vícios processuais passíveis de impugnação. (50 pontos)